

JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XX - Edição 113 - Dezembro 2019

Judiciário comemora 180 anos de nascimento de Tobias Barreto



CNJ apresenta bons
resultados do TJSE

Exames periódicos são
aliados para melhoria da
saúde



Layla Canavessi

Filha de Izabel Silva Canavessi,
da Supervisão dos Fóruns Integrados III



Júlia Rodomar

Filha de Patrícia Valéria de S. Rodomar,
da Divisão de Pagamento e Registro



Rafaela Costa

Filha de Kelly Costa da Silva,
da 28ª Vara Cível de Aracaju



Luís Antônio Brandão

Filho de Luciana Nobre Silva Brandão,
da Assessoria Especial da Presidência,
e de Rômulo Dantas Brandão, Juiz



Arthur Ribeiro

Filho de Adiala Fabiana Silva Santos,
da 1ª Vara Cível e Criminal da Barra dos Coqueiros



Lunna Cajé

Filha de Lucas Andrei de Jesus,
da Escrivania Criminal e do Tribunal Pleno

SERGIPE

Justiça Kids

Acesse aqui o programa



Nicholas Alencar

Filho de Tarcísio Simone F. Alencar Filho,
da 2ª Vara Cível de Estância



Natália Passos

Filha de Mariana Vasconcelos Passos,
da Secretaria de Finanças e Orçamento



Marina Vasconcelos

Filha de Maria das Graças Raposo Filha,
do 10º Juizado Especial Cível



Editorial

Ele nasceu há 180 anos, mas sua obra, ainda hoje, é de fundamental importância para os estudos do Direito. Estamos falando do jurista sergipano Tobias Barreto, que estampa a capa desta edição da *Judiciarium* e também é tema de uma reportagem que faz um balanço de todas as homenagens feitas a ele, este ano, pelo TJSE.

Ainda nesta edição, você vai encontrar os principais resultados do TJSE no Relatório Justiça em Números, do CNJ, e também verá como uma nova lei vai impulsionar a execução fiscal em Aracaju. Na coluna sobre saúde, conversamos com os profissionais do Centro Médico do TJSE sobre a importância dos exames periódicos.

Faltando apenas um mês para o final de 2019, a edição já está em clima natalino, trazendo a programação de Natal promovida pelo Memorial do Judiciário e também uma poesia da juíza aposentada Norma Leite. O que desejamos é que os bons sentimentos do Natal cheguem até nossos leitores!

Luciano Araújo
Diretor de Comunicação do TJSE



04

Entrevista: Sayonara Viana, Diretora do Memorial do Judiciário



07

180 anos: TJSE comemora aniversário de nascimento de Tobias Barreto

12

Evolução com macrodesafio: Lei impulsiona execução fiscal em Aracaju

15

Eficiência: Justiça em Números revela bom desempenho do TJSE

17

Com Saúde Não Se Brinca: exames periódicos são importantes para servidores

19

Vivas Memórias: Desa. Josefa Paixão fala sobre trajetória pessoal e profissional

21

Poesia: Natal, por Maria Norma Fontes Vieira

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**

Reportagens **JANAINA CRUZ, DENISE RODRIGUES**

Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Fotografia da capa **ACERVO UFS - PINTURA JORDÃO DE OLIVEIRA**

Projeto gráfico **GEYZON AMARAL**

Editoração eletrônica **JEAN CARLO DA SILVA**

Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe



Memorial do Judiciário é reaberto ao público

A diretora Sayonara Viana fala sobre as novidades após a reforma
e os projetos desenvolvidos no local

Quem passa pelo Centro de Aracaju, nas imediações da Catedral Metropolitana, certamente verá um prédio antigo, de cor laranja e com grandes janelas. É o Memorial do Judiciário, que foi inaugurado há 124 anos, em 1895, sediando o Tribunal de Relação até 1930. Nesta entrevista, a atual diretora, que tem formação em História, Museologia e Ciências Econômicas, Sayonara Viana, fala sobre a recente reforma do prédio, os projetos que

são desenvolvidos lá e o que o público pode encontrar no local. Sayonara, que já atuou como Diretora do Museu de Arte Sacra da cidade histórica de São Cristóvão e, em 2016, recebeu o Prêmio Nacional Rodrigo de Mello Franco pelas pesquisas realizadas na área do Patrimônio Imaterial de Sergipe, demonstra que é uma entusiasta da preservação da memória.

O Memorial do Judiciário foi reaberto ao público depois de alguns

meses de reforma. Quais são os objetivos do Memorial e as novidades após a reforma?

O Memorial tem o objetivo de pesquisar e divulgar a história do nosso Estado, através de ações de preservação do acervo documental, iconográfico e bibliográfico. Os documentos e processos são analisados evidenciando além do seu aspecto judicial, enquanto documentação legal e probatória, seu valor arquivístico e principalmente a

sua apresentação como objeto museológico. Temos uma exposição permanente, que está organizada em três núcleos estruturados, segundo uma articulação temática. A novidade são as duas exposições temporárias: a primeira sobre Tobias Barreto e suas representações e a segunda sobre o trabalho de um luthier de São Cristóvão (SE), cujo título é 'Mestre Passos: entre a memória e a tradição'. Pretendemos estabelecer que os objetos museológicos tenham a função de proporcionar ao visitante uma relação espaço-temporal que permita entendê-los como portadores de uma memória imbuída de significado material e imaterial; inserindo-os na discussão enquanto linguagem para a construção do passado à luz das reflexões contemporâneas.

Em se tratando de um prédio histórico, inaugurado em 1895, qual foi o maior desafio durante a reforma?

Tratando-se de um prédio histórico, não houve intervenção na fachada da edificação que pudesse comprometer o seu estilo e a sua originalidade. O edifício representa um marco na arquitetura eclética do Centro Histórico de Aracaju. A reforma propriamente dita ocorreu no anexo, uma construção nova, onde foram realizadas algumas mudanças para acomodar o setor administrativo, o setor de pesquisa, o auditório e a reserva técnica da instituição. O maior desafio da obra foi a pintura externa do prédio e a sua iluminação cenográfica, que valorizaram os detalhes da arquitetura, mas observando todos os procedimentos necessários, com a

devida autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados.

Qual a importância do Memorial para a conservação da história de Sergipe e do Poder Judiciário?

Como já dizia o filósofo romano Cícero, "a história é testemunha do passado, luz da verdade,

vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos". O Memorial, ao preservar os documentos através da sua digitalização e conservação, possibilita ao público maior conhecimento quanto a essa documentação e as novas gerações têm acesso a importantes fontes judiciais que são a grande contribuição para a pesquisa



histórica. O Projeto 'Editando Fontes Históricas', com o tema Independência de Sergipe, é um exemplo desse trabalho.

E como o Projeto Editando Fontes Históricas está sendo desenvolvido?

Está sendo desenvolvido a partir das fontes históricas que estão custodiadas e preservadas pelo Arquivo Geral do Judiciário. Os documentos são deslocados para o Memorial e passam a ser analisados como fontes, não apenas no seu aspecto judicial, mas também pelo seu valor arquivístico, como patrimônio cultural, produto da história do homem em sociedade, possibilitando novas leituras e interpretações. O projeto terá duração de 12 meses e contará com

profissionais de diversos campos como música, arquivologia, história, museologia e outros que dialogam com a temática da Independência. Ao longo desse período serão realizados ciclos de palestras, oficinas, mesas redondas e exposições, que culminarão com a publicação da Revista do Memorial do Poder Judiciário em comemoração aos 200 anos da Independência de Sergipe, em 2020. Tivemos, recentemente, uma oficina com a professora doutora Edna de Matos Antônio, titular da Universidade Federal de Sergipe, com a presença de advogados, estudantes, mestres tanto da área jurídica como história e museologia.

O projeto Formando Cidadãos, desenvolvido pelo Memorial, tem uma função educativa importante.

Como ele é realizado e qual o público-alvo?

Com ampla divulgação, recebemos instituições de ensino com prévia inscrição dos mesmos, possibilitando aos visitantes suas próprias visões de mundo. Nosso público-alvo vai do ensino fundamental, médio bem como estudantes universitários.

Desenvolvemos oficinas desde a narrativa de histórias infantis, visitas monitoradas, Tribunal de Júri Simulado, vídeos educativos, entre outras atividades.

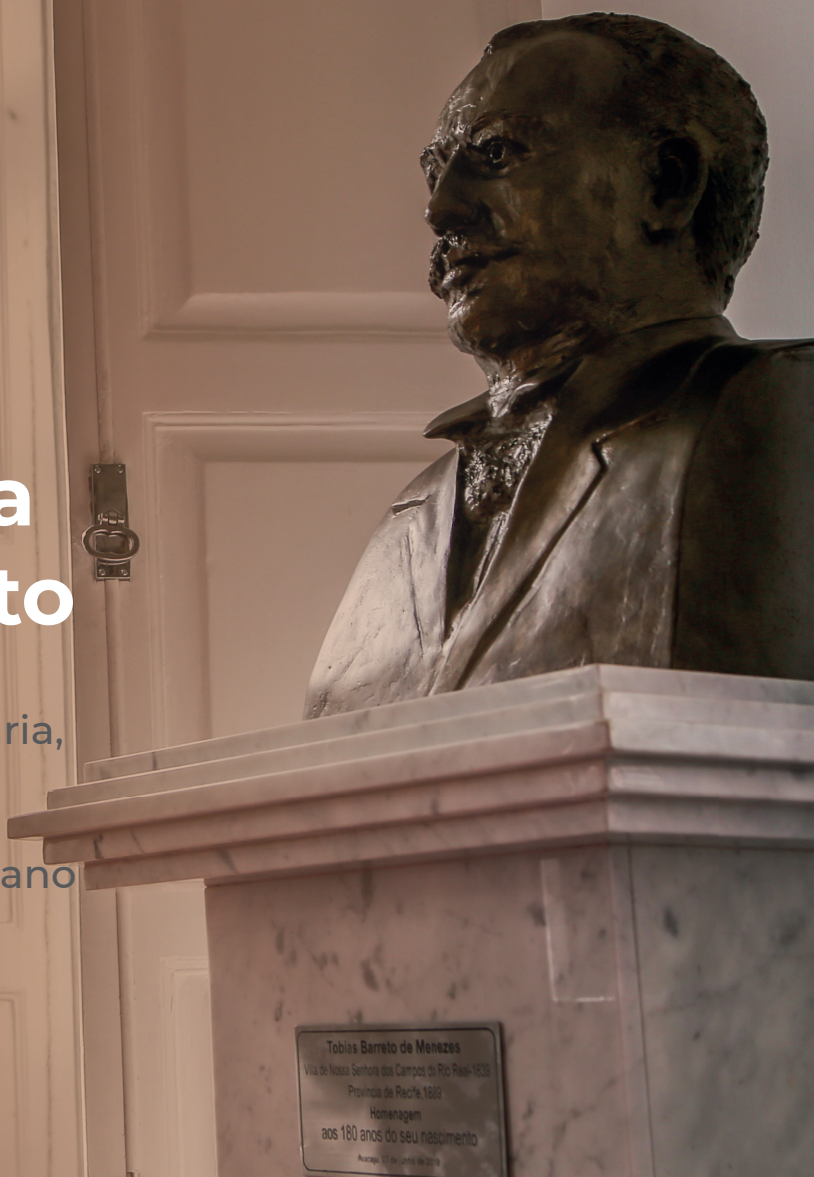
O Memorial também é responsável por uma importante publicação, a Revista do Memorial. Qual a relevância desse material?

A Revista do Memorial, asseverando seu compromisso com a produção acadêmica, é um periódico destinado não apenas a magistrados, advogados e servidores, mas para todas as pessoas, da área jurídica ou não. Traz em seu bojo artigos, resenhas e edições de manuscritos desenvolvidos por pesquisadores, professores, profissionais e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação. O periódico científico se caracteriza como uma revista interdisciplinar, com a finalidade de divulgar trabalhos inéditos, de caráter teórico ou aplicado, nas áreas de conhecimento do Direito, História, Museologia, Geografia, Arqueologia, Antropologia, Ciências Sociais e Biblioteconomia.



Memorial do Judiciário homenageia Tobias Barreto

Além de exposição temporária,
eventos comemoraram
o aniversário de
nascimento do jurista sergipano



O Memorial do Judiciário de Sergipe traz à cena o ilustre e imortal Tobias Barreto que, retratado por tantos artistas e biografado por inúmeros escritores, é fonte de inspiração e de pesquisa até os dias atuais. Nascido na então Vila de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real (SE), em 7 de junho de 1839, Tobias Barreto se destacou como escritor, doutor em Direito, membro da

Academia Brasileira de Letras, autor de teses filosóficas, professor, jornalista, poeta e crítico.

Conforme Sayonara Viana, diretora do Memorial do Judiciário, as comemorações em homenagem aos 180 anos de nascimento de Tobias Barreto foram pensadas com o objetivo de apresentar a vida dele através do acervo documental, bibliográfi-

co e artístico. “Estamos revelando uma série de obras produzidas por vários artistas e escritores ao longo desses 180 anos de vida do ilustre sergipano. Disponibilizaremos para pesquisa todas as suas obras, inclusive 120 processos nos quais Tobias atuou, além de um raro acervo iconográfico”, explicou.



Bisneta de Tobias Barreto participa de reabertura do Memorial

Após uma reforma de 300 dias, o Memorial do Poder Judiciário foi reaberto ao público no dia 31 de outubro e contou com uma presença ilustre: a bisneta de Tobias Barreto. Lizete Barreto de Menezes Brito reside em Campo Grande (MS) e esteve em Sergipe pela primeira vez para buscar suas raízes. Estar em Aracaju no dia da reabertura do Memorial do Judiciário foi uma feliz coincidência.

“É uma emoção muito grande receber essa homenagem e a simpatia do povo de Sergipe, Estado que eu não conhecia. Quero agradecer ao Tribunal e ao Memorial porque é uma honra para mim representar a família neste dia tão importante”, enfatizou Maria Lizete, que durante a solenidade foi presenteada com uma coleção de Tobias Barreto reeditada pela Sergrase, em 2012.

A exposição temporária ‘Tobias Barreto: vida e representações’ traz ao público um acervo documental, artístico e bibliográfico do jurista sergipano que, no mês de junho, completou 180 anos de nascimento. São quadros, gravuras, processos, documentos e painéis com textos de Jackson da Silva Lima, José Lima Santana e Adélia Pessoa, que relatam fatos da trajetória de Tobias Barreto.



A bisneta de Tobias Barreto, Lizete Barreto, entre Sayonara Viana e o Des. Osório de Araújo Ramos Filho, participou da reabertura do Memorial

Oficina de histórias em quadrinhos tem como herói Tobias Barreto

Libertar escravos, defender o direito das mulheres, incapazes e loucos; ser negro e, apesar disso, numa época bem mais preconceituosa que hoje, ser reconhecido mundialmente por conta dos estudos na área do Direito. Para a professora Valéria Bari, do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe, isso tudo faz de Tobias Barreto um herói. Tanto que ele foi tema de uma oficina de histórias em quadrinhos realizada no Memorial do Judiciário, no dia 23 de setembro.

A atividade fez parte da programação da 13ª Primavera dos Museus. Participaram da oficina estudantes das mais diversas idades e cursos, a exemplo de História e Museologia, como também professores e servidores do TJ. A oficina foi ministrada pela Profa. Dra. Valéria Bari, que é especialista em História em Quadrinhos, com participação do ilustrador e quadrinista André Comanche e do professor de Artes Raul Rodrigues.

A professora explicou porque Tobias Barreto é considerado um herói. “Ele simboliza a ascensão dos afrodescendentes e indígenas no Brasil. Ele conseguiu mostrar, apenas por sua competência e postura, que o Brasil é uma nação mestiça, mas isso não é uma desvantagem para nós”, comentou Valéria, que lembrou vários momentos da vida de Tobias. Um deles foi, após casar, libertar todos os escravos que herdou do sogro.

“Como professor de Direito, ele defendeu o direito das mulheres, dos incapazes, dos loucos. Ele tem obras a respeito em uma época em que ninguém nem pensava nisso. Ele ajudou a construir o que nós temos hoje como uma noção de cidadania brasileira. Mesmo sendo perseguido por ser negro, não deixou a excelência do trabalho dele, publicando várias obras em alemão. Ou seja, ele é um herói”, argumentou Valéria Bari.

Professora Valéria Bari e quadrinista André Comanche ministraram a oficina



Palácio da Justiça comemora 180 anos de nascimento de Tobias

O Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes também foi palco de outra comemoração em homenagem ao centenário do jurista sergipano. No dia 7 de junho, 180º aniversário de nascimento de Tobias, foi inaugurado no local um busto do jurista, confeccionado por Bene Santana, e também realizada uma palestra ministrada pelos escritores José Lima Santana e Jackson da Silva Lima, com o tema 'O que dizem os Mestres sobre Tobias Barreto'.

Mestre em Direito, membro da Academia Sergipana de Letras, na qual ocupa a Cadeira nº 1, cujo patrono é Tobias Barreto, o escritor José Lima Santana discorreu sobre a importância do homenageado. "Tobias foi o maior gênio do Direito no século XIX, um ícone para nós e reverenciado em várias partes do mundo, não apenas no Brasil. Embora nós não o conheçamos como deveríamos conhecer, mas a Europa o reverencia", enalteceu.

O Presidente do TJSE, Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, falou sobre a importância do jurista. "Nominar a edificação que sedia o Poder Judiciário sergipano de Palácio Tobias Barreto Menezes, inaugurado em 1979, é demonstrar para todas as gerações a importância do legado deixado pelo jurista conselheiro pátrio para o Direito e as Letras. É a prova de que, como o seu patrono, o Judiciário sergipano está à frente do seu tempo", discorreu o Presidente do TJSE.



Busto de Tobias Barreto foi confeccionado pelo artista Bené Santana em homenagem aos 180 anos de nascimento do jurista



Palestra foi ministrada pelos escritores Jackson da Silva Lima e José Lima Santana

Oficina de manuscritos reúne estudiosos sobre Tobias Barreto

As duas Oficina de Leitura e Transcrição de Manuscritos de Tobias Barreto, sendo a primeira turma realizada nos dias 16 e 17 de maio e a segunda nos dias 27 e 31 do mesmo mês, foram as primeiras atividades do ano promovidas pelo Memorial do Judiciário em homenagem aos 180 anos de nascimento de Tobias Barreto.

A primeira oficina foi ministrada pelo mestre em História Wanderlei de Oliveira Menezes, especialista em paleografia (manuscritos antigos) e estudioso da obra de Tobias Barreto. “Trouxe alguns documentos curiosos, como a dedicatória de um livro escrita pelo próprio Tobias Barreto, achada na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. A ideia da oficina é ensinar os alunos a ler, transcrever e editar mais de 20 documentos históricos relacionados a Tobias Barreto ou produzidos por ele”, informou o professor.

No primeiro dia da oficina com o professor Wanderlei, os alunos estudaram aspectos teóricos e técnicos da paleografia. No segundo, analisaram documentos de Tobias Barreto. “A escrita antiga tem suas características. No século XIX, a escrita era mais cursiva, então é importante ter contato com muitos documentos. Isso vai ajudar a perceber características próprias de cada época. Por mais que se tenha dificuldade é importante tentar fazer a leitura para entender o que está escrito”, orientou o professor.

Já a segunda oficina foi ministrada por Renata Ferreira Costa, doutora em Letras pela USP e professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe. “Tobias Barreto é um ícone, um homem além do seu

tempo, célebre, por isso, podemos associar o nome dele à escola, à avenida, enfim, a todas as referências de quem foi este homem, é essencial”, comentou Renata.

“Sobre trazer a paleografia para o contexto de Tobias Barreto, é importante porque assim conseguimos ver mais da personalidade desse

homem, entender o grau de cultura que ele tinha através da sua própria escrita. Tobias Barreto é conhecido nacional e internacionalmente, mas na sua própria terra ainda existe pouco conhecimento. Então, fizemos esse resgate para quem estuda Tobias Barreto não apenas através do impresso, mas dos manuscritos”, completou a professora.



Oficina ministrada pelo professor Wanderlei Menezes



Oficina ministrada pela professora Renata Costa

Linha do tempo marca principais acontecimentos da vida de Tobias

Elaborada pelo professor, escritor e crítico literário Jackson da Silva Lima, a linha do tempo discorre sobre a cronologia da vida de Tobias Barreto, bem como sobre sua atuação profissional. Aqui, destacamos alguns episódios mais simbólicos, porém a linha do tempo na íntegra pode ser conferida no Memorial do Judiciário.

1839 – Nasce na Província de Sergipe d'El Rei, na Vila de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real (SE), a 7 de junho de 1839, filho do Alferes e Tabelião Pedro Barreto de Meneses e Emerenciana Maria de Jesus.

1851 – No mês de setembro, vai para a Vila de Estância (SE) e passa a estudar latim com o então Padre (depois Bispo de Goiás) Domingos Quirino de Souza, até fevereiro de 1853, quando retorna à terra natal.

1856 – Com o falecimento do professor titular de Latim da Villa de Itabaiana (SE), realiza-se, a 11 de novembro desse ano, em Aracaju (SE), concurso para preenchimento da vaga. Tobias Barreto concorre e obtém a láurea, tendo 'O Correio Sergipense' elogiado o desempenho da banca examinadora e, sobretudo, as qualidades culturais do concorrente.

1863 – Faz o curso preparatório para acesso à tradicional Faculdade de Direito do Recife (PE), onde ingressa no ano seguinte como primeiranista.

1869 – Bacharela-se nesse ano, já casado e com um filho. Matrimoniou-se com Grata Malfada, filha natural do Coronel João Félix dos Santos.

1871 – Em princípio desse ano, transfere-se para a cidade de Escada (PE), onde passa a residir. Inicialmente, ocupando o cargo de Curador de Órfãos da Comarca, no qual permanece até começos do ano seguinte.

1875 – Publica seu primeiro livro, 'Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica' (reunião de artigos publicados na imprensa pernambucana).

1878/1879 – Elege-se Deputado Provincial para o citado biênio, pelo Partido Liberal, pronunciando os célebres discursos sobre a Educação da Mulher e sobre o Projeto de criação do Partenogógio do Recife, escola superior profissionalizante para moças, num pioneirismo que causou forte reação dentro e fora da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

1881 – Por intervenção do amigo e patricio Sílvio Romero, é publicado no Rio de Janeiro seu livro de poesias 'Dias e Noites', em primeira edição.

1883/1884 – Engaja-se na luta em defesa do negro escravo, integrando o grupo da Sociedade Nova Emancipadora do Recife, da qual era seu Orador Oficial, ao lado de figuras como José Mariano e Arthur Orlando, entre outros abolicionistas de nomeada.

1888 – Publica 'Questões Vigentes de Filosofia e Direito', obra que revela o pensamento de Tobias Barreto em sua toda a sua plenitude e maturidade.

1889 – Morre em Recife, no dia 26 de junho de 1889, com 50 anos, deixando viúva e nove filhos. Em outubro desse mesmo ano, sua preciosa biblioteca é adquirida pelo Governo de Pernambuco e incorporada à Faculdade de Direito do Recife, com centenas de títulos importantes, notadamente em língua alemã.

Nova lei reduzirá execuções fiscais do Município de Aracaju



O Prefeito Edvaldo Nogueira ao sancionar lei que impulsiona execução fiscal em Aracaju

Taxa de congestionamento na execução fiscal do TJSE
está abaixo da média nacional

Os processos relativos a execuções fiscais – procedimentos nos quais a Fazenda Pública requer de contribuintes inadimplentes o crédito devido – são os principais responsáveis pela alta taxa de congestionamento no Poder Judiciário em todo país. Conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Relatório Justiça em Números 2019, a taxa de congestionamento na execução fiscal, relativa ao ano de 2018, foi de 89%. O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) ficou abaixo da média nacional, com uma taxa de 81% de congestionamento na execução fiscal.

Para contribuir com o enfrentamento desse problema, um dos onze macrodesafios do TJSE é o ‘Impulso às execuções fiscais e cíveis’. No caso das execuções fiscais, um importante passo foi dado para diminuição desses processos. No dia 10 de junho, o Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, sancionou a Lei nº 5.202/2019, alterando e acrescentando dispositivos à Lei nº 3.809/2009, que trata da adoção de medidas para a cobrança da dívida ativa do Município de Aracaju.

Com a nova lei, os valores da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores a R\$ 3 mil, ainda não objetos do ajuizamento de execução fiscal, serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal. “É uma lei que tem um caráter social muito grande porque antes todo cidadão que devia a partir de mil reais, a prefeitura cobrava judicialmente. Isso criava um problema porque, muitas vezes, a pessoa não tinha um advogado, ficava sem poder fazer negócios ou comprar”, ressaltou Edvaldo Nogueira, lembrando que isso também ocupava ainda mais o Judiciário.



Marcos Pinto, Juiz Auxiliar da Pres. do TJSE e Gestor do Macrodesafio relativo ao Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis

“Poderemos diminuir uma grande quantidade de processos, beneficiando a comunidade e o próprio Tribunal. Hoje, temos um investimento muito grande na área de execução fiscal, com processos cujos valores cobrados são inferiores ao próprio gasto do Tribunal”, explicou o Presidente. O Justiça em Números 2018 mostrou que o TJSE tinha, em 2017, 41.020 execuções fiscais pendentes.



Ivan Maynard, Chefe da Procuradoria Especializada Fiscal do Município de Aracaju

Para o Secretário de Planejamento e Administração do TJSE, Erick Andrade, a nova lei permitirá uma diminuição gradual nos processos de execução fiscal do Município de Aracaju. “Atualmente, temos um volume de processos que tendem a diminuir com esse aumento do piso de mil para três mil reais. Com isso, a gente atua na frente processual, porque vamos diminuir gradativamente a quantidade de processos; e também poderemos visualizar um custo menor para o processo”, informou o Secretário.

De acordo com a nova lei, o Procurador do Município fica autorizado a solicitar a suspensão e o arquivamento, sem baixa na distribuição, dos autos das execuções fiscais de débitos inscritos como dívida ativa de valor consolidado inferior a R\$ 3 mil. Já no caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, será considerada a soma dos débitos consolidados. Os créditos deverão, prioritariamente, ser encaminhados para o protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa (CDA), ressalvadas as hipóteses de decadência e/ou prescrição.

Conforme Ivan Maynard, Chefe da Procuradoria Especializada Fiscal do Município de Aracaju, a nova lei é positiva. “Com relação ao Poder Judiciário, a quantidade de ações será reduzida, pois somente iremos propor novos processos quando o valor mínimo for alcançado. E para o Município de Aracaju a adoção de medidas extrajudiciais contribuirá para a arrecadação, principalmente por possibilitar ao contribuinte devedor compor com o Município credor, por intermédio da Procuradoria Geral do Município, e independentemente de advogado”, analisou.

Dados

Segundo o Relatório Justiça em Números 2019, historicamente, as execuções fiscais têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Poder Judiciário. “O executivo fiscal chega a juízo depois que as tentativas de recuperação do crédito

tributário se frustraram na via administrativa, provocando sua inscrição na dívida ativa. Dessa forma, o processo judicial acaba por repetir etapas e providências de localização do devedor ou patrimônio capaz de satisfazer o crédito tributário já adotadas, sem sucesso, pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização profissional”.

Por este motivo, acabam chegando ao Judiciário títulos de dívidas antigas e, por consequência, com menor probabilidade de recuperação. “Os processos de execução fiscal representam, aproximadamente, 39% do total de casos pendentes e 73% das execuções pendentes no Poder Judiciário”, revelou o Relatório do CNJ, divulgado no dia 28 de agosto. No âmbito do TJSE havia, em 2017, 41.020 processos pendentes relativos à execução fiscal. O Relatório Justiça em Números mostrou que essa quantidade baixou para 37.352 processos em 2018.

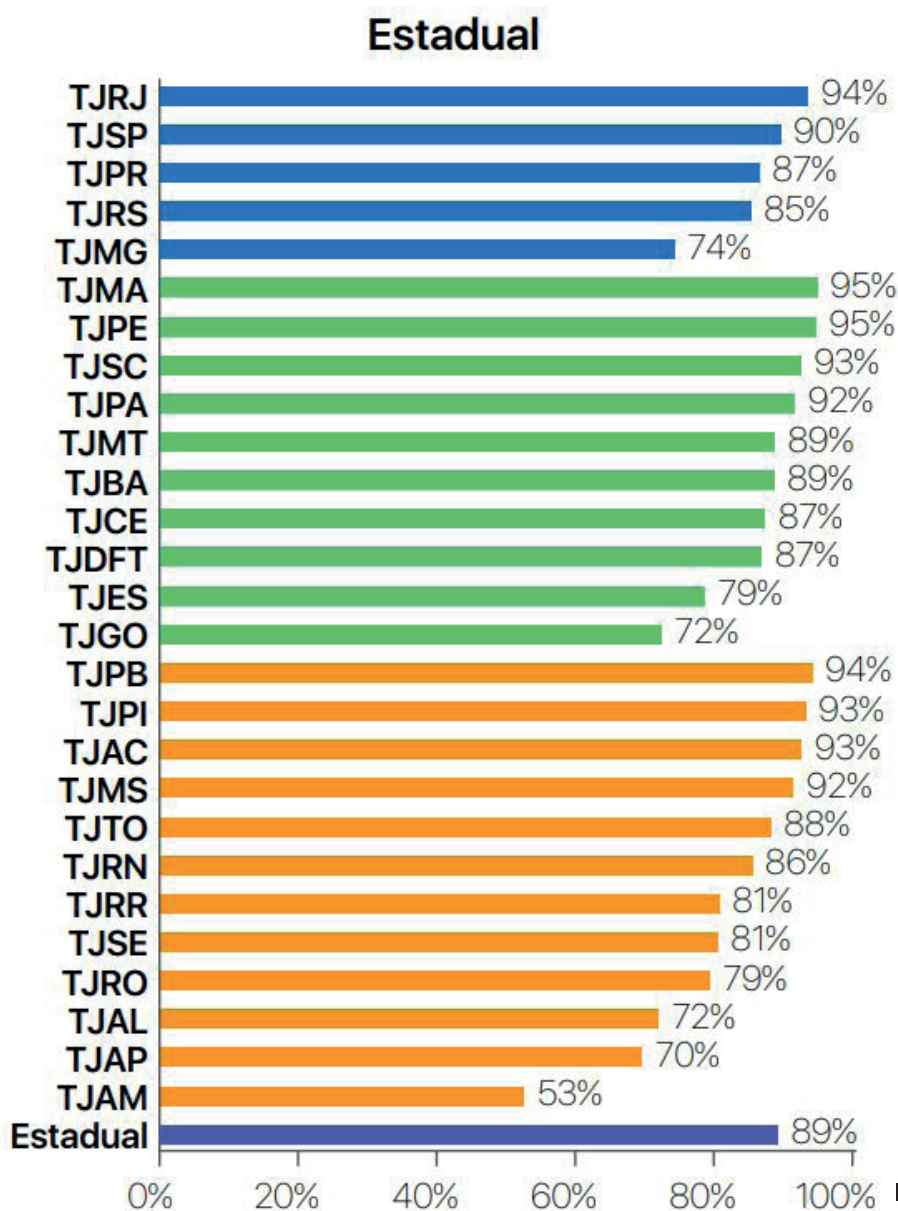
O magistrado Marcos Pinto, Juiz Auxiliar da Presidência e Gestor do Macrodesafio de Planejamento Estratégico do TJSE relativo ao Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis, ressaltou que a aprovação da Lei nº 5.202/2019 contribuirá efetivamente para a melhoria dos indicadores relativos à redução da taxa de congestionamento das execuções fiscais em tramitação no Poder Judiciário, alcançando um dos objetivos do macrodesafio estabelecido.

“O planejamento estratégico que o Tribunal de Justiça de Sergipe vem desenvolvendo apresenta índices positivos em diversas áreas de atuação,

inclusive com reconhecimento no cenário nacional, por ter como meta a utilização de ferramentas e medidas eficazes para a redução do acervo processual. Isso contribui para

o bom posicionamento do Tribunal quanto aos índices nacionais, consoante se visualiza nos dados estatísticos do Relatório Justiça em Números, do CNJ’, acrescentou o magistrado.

Taxa de congestionamento na execução fiscal, por tribunal, em 2018



Relatório do CNJ revela bons resultados do TJSE

O Justiça em Números foi publicado em agosto e trouxe a análise dos dados do Judiciário nacional em 2018

Desde 2004, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publica as estatísticas oficiais do Poder Judiciário, revelando a realidade dos Tribunais e detalhando aspectos como estrutura, litigiosidade e indicadores que subsidiam a gestão da Justiça no Brasil. Na atual edição, publicada em agosto, o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) se destacou mais uma vez, comprovando o motivo de estar entre os melhores Tribunais do país.

“Os números demonstram que já temos sedimentada uma cultura de planejamento efetivo. Temos como princípio a continuidade nas administrações com foco na melhoria dos nossos procedimentos, sempre na busca da prestação jurisdicional célere e eficiente. Gostaria de agradecer cada servidor, juiz e desembargador pelo trabalho dedicado e comprometido”,

destacou o Presidente do TJSE, Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho.

Tempo de julgamento



O TJSE tem o menor tempo médio de tramitação dos processos. Da inicial até a decisão final, no 2º Grau, o processo é julgado em 4 meses (média nacional é 8 meses). Já no 1º Grau,

o tempo médio é de 1 ano e 1 mês (média nacional é de 3 anos e 7 meses). Se forem separados, os processos em de Conhecimento e Execução, o TJSE também lidera o ranking no 1º Grau. Em processos de Conhecimento, o Judiciário de Sergipe julga em tempo médio de 8 meses (média nacional 1 ano e 9 meses). Já nos de Execução, em 1 ano (média nacional é 4 anos e 10 meses).

Especificamente no 1º Grau alguns projetos implementados pela Corregedoria impactam na obtenção do resultado satisfatório quanto ao tempo médio de tramitação dos processos, a exemplo das Correições Eletrônicas, do auxílio da Divisão de Apoio Judicial (DAJ), que colabora com unidades que estão com acervo elevado, respeitando critérios objetivos para dispor de pessoal para apoio ou regime especial.

Conciliação



O índice de conciliação na Justiça Estadual, em todo país, foi de 10,4% em 2018. O TJSE teve o segundo melhor índice do país, 21,1%. O primeiro colocado foi o Tribunal do Mato Grosso do Sul, com 22,5%. O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJSE instituiu ações que seguem o alinhamento estratégico para o fomento da cultura de resolução autocompositiva de conflitos. Entre as ações, estão o projeto 'Pare, Concilie e Siga', de conciliação em casos de acidente de trânsito, em Aracaju; o projeto 'Cejusc nas Comunidades', que realiza visitas e palestras em órgãos da assistência social e saúde, como CRAS, CREAS, unidades básicas e setores de apoio ao trabalho e desenvolvimento profissional; e o projeto 'Escolas no Fórum', que dissemina a cultura autocompositiva para alunos do ensino médio.

Taxa de congestionamento



O TJSE tem a segunda menor taxa de congestionamento do país, 53,8%; bem abaixo da média nacional, que é de 73,8%, e praticamente igual à do primeiro colocado, o Tribunal de Justiça de Roraima, com uma taxa de 53,5%. A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram represados sem solução, comparativamente ao total tramitado no período de um ano. Quanto maior o índice, maior a dificuldade do Tribunal em lidar com seu estoque de processos.

Além da taxa de congestionamento geral, a pesquisa também analisou separadamente a taxa tanto no 1º quanto no 2º Grau de jurisdição. No 1º Grau, a taxa de congestionamento no país foi de 75%; sendo que o TJSE ficou com a terceira menor taxa, 56%. Já no segundo grau, a taxa de congestionamento nacional foi de 46% e o TJSE teve o melhor resultado, 31% apenas; seguido dos Tribunais do Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, todos com 37%.

Índice de Produtividade Comparada



O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é o indicador que compara a eficiência de forma otimizada, ou seja, o quanto foi produzido em relação aos recursos disponíveis para cada Tribunal. O TJSE e o Tribunal do Rio Grande do Sul foram os únicos a atingirem IPC-Jus de 100%, tanto no 1º e 2º Graus quanto na área administrativa. No 1º Grau, o resultado do IPC-Jus na Justiça Estadual, em todo país, foi de 84% e, no 2º Grau, 74%, conforme o relatório do CNJ.

Dentro do IPC-Jus é calculado o Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), indicador que computa a média de processos baixados por magistrado em atuação. O IPM realizado em contraponto com o necessário para que cada Tribunal atingisse IPC-Jus de 100% foi, nacionalmente, 1.897 processos baixados por magistrado. O TJSE tinha IPM estimado em 1.993, alcançando essa quantidade. Já o Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), computa a média de processos baixados por servidor. Novamente, o TJSE conseguiu atingir a meta, pois o IPS estimado era de 101 processos, sendo todos realizados.



Servidores aderem aos exames periódicos

Diretor do Centro Médico do TJSE lembra que exames contribuem para diagnóstico precoce de inúmeras doenças

Sabe aquele ditado ‘melhor prevenir do que remediar’? Ele se aplica bem à realização de exames periódicos. Isso porque muitas doenças têm sintomas silenciosos e quando acabam sendo descobertas, já estão em um estado avançado, o que dificulta o tratamento. No Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), a Portaria Normativa nº 43/2019, estabeleceu regras para a realização do Exame Periódico de Saúde (EPS).

“O que eu digo aos magistrados e servidores é que aproveitem essa facilidade que o Tribunal está oferecendo. É uma oportunidade ímpar de ser diagnosticado precocemente. Nem

sempre as doenças apresentam sintomas logo no início. Quando vem a descobrir, já está adiantada. É o caso de alguns tipos de câncer, como o de mama”, alertou Osvaldo Barreto, diretor do Centro Médico do TJSE.

Ele destacou ainda que exames simples podem apresentar em seus resultados descobertas relevantes. “Quem aderir estará fazendo um rastreamento, uma avaliação clínica de determinadas patologias. Um simples hemograma pode mostrar um processo infeccioso, uma anemia, problemas na coagulação sanguínea, entre outros. O exame de fezes, que muita gente não dá importância, é fundamental. A

esquistossomose, por exemplo, pode chegar ao cérebro”, ressaltou o médico.

O técnico judiciário Anselmo Guimarães Filho disse que costuma fazer exames periódicos e que, em um deles, descobriu algumas hérnias. Por sorte, não era caso cirúrgico, mas outros problemas foram detectados. “A taxa do colesterol, triglicérides e a pressão estavam muito elevados, sendo recomendado, por parte do médico, a alteração de hábitos alimentares, bem como a necessidade de prática de esportes, sob pena de uso contínuo de medicação e futuras complicações”, revelou Anselmo.



Oswaldo Barreto, diretor do Centro Médico do TJSE

Para ele, os exames periódicos sugeridos pelo Tribunal são um benefício ao servidor. “O procedimento estabelecido pelo Tribunal de Justiça, além de ser um fator motivador para a realização dos exames, já que

há um estímulo natural entre os servidores para a manutenção do bem-estar físico, facilitou a realização, já que primou pela comodidade no recebimento das requisições dos exames e a possibilidade de agendamento junto

ao Centro Médico com profissional para analisar os resultados obtidos. Isso é uma grande economia de tempo, que poderá ser usado para a realização de outras atividades”, opinou o servidor.

Como funciona?

Os servidores recebem no e-mail funcional, no mês que antecede ao aniversário, uma comunicação para a realização dos exames e, mediante um link, são conduzidos à plataforma onde podem aceitar o EPS. “Através do Portal do Servidor, pode-se aderir ou não ao EPS. A adesão não é obrigatória. Dando o sim, se o servidor for da capital, ele pode vir ao Centro Médico e pegar suas requisições. Já os servidores do interior, vão recebê-las via malote”, explicou o Diretor do Centro Médico.

No primeiro mês de divulgação da campanha, foram distribuídos 50 formulários, com 48 adesões. “É um sinal positivo, que o pessoal entendeu a necessidade dos exames”, comemorou Oswaldo. A realização dos exames laboratoriais e médicos solicitados são de responsabilidade de cada um, sem qualquer tipo de ônus para o Tribunal, haja vista o pagamento do auxílio-saúde.

O servidor que adere ao EPS tem direito ao abono da ausência referente ao dia em que for realizar os exames solicitados, bem como ao dia em que estiver se submetendo à avaliação clínica no Centro Médico. Já os magistrados deverão comunicar à Corregedoria Geral da Justiça o dia de afastamento para realização dos exames periódicos de saúde.

Quais exames periódicos devem ser feitos?

Até 45 anos (a cada dois anos)

Hemograma completo
Glicemia
Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS)
Creatinina
Colesterol total + HDL + LDL e triglicérides
AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO)
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP)
Gama GT
Parasitológico de fezes
Citologia oncótica/Papanicolau (para mulheres)

Acima dos 46 anos (anualmente)

Todos anteriores +
Exames oftalmológicos
Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)
Mamografia (para mulheres)
PSA livre + PSA Total (para homens)

Josefa Paixão foi primeira mulher a ingressar na magistratura sergipana



Josefa Paixão de Santana nasceu em Lagarto (SE), em 19 de dezembro de 1937. Filha de Francelino de Santana e Maria da Paixão de Jesus, ela se formou na Faculdade de Direito de Sergipe em 1966 e ingressou na magistratura em 1970. Foi a primeira mulher juíza do Tribunal de Justiça de Sergipe. Chegou ao cargo de Desembargadora em 2000 e foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no biênio 2005-2007. Aposentou-se em 2007.

Aos 18 anos, prestou concurso promovido pelo Governo do Estado e começou a trabalhar como professora. Em seguida, foi aprovada em um concurso do governo federal, trabalhando em um programa de educação sanitária. Na entrevista ao

Projeto Vivas Memórias, concedida no dia 05 de junho de 2018, ela falou sobre a época da faculdade, o ingresso na magistratura, o apoio que recebeu do Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda e o legado de professora universitária.

Faculdade de Direito

“Eu fui Vice-presidente e Presidente do Centro Acadêmico. Na verdade, eu tenho da faculdade as melhores recordações. Tive professores excelentes. Professor Gonçalo Rollemberg, que era inclusive diretor da escola. Que homem de bem, que exemplo de cidadão a ser seguido. Professor Valdemar Fortuna, ensinava Direito Penal. Professor Belmiro

era de Direito Civil; professor Olavo Leite, todos muito bons professores”.

Ingresso na magistratura

“O conhecimento jurídico eu tinha. Tanto tinha que passei no concurso e em terceiro lugar, viu? Na minha frente só passaram Gilson Gois Soares, que era juiz na Bahia; e o segundo, meu colega de turma de faculdade, José Antônio de Andrade Goes. Quando chegou nessa fase, que eu fui para Capela, a gente não tinha preparação prévia nenhuma. Eu ia terça de manhã e voltava na sexta à tarde. Às vezes, no sábado de manhã. Eu tive uma ajuda sensacional. Eu morava pertinho do Juiz Artur

Oscar de Oliveira Deda. Então, eu fazia assim, os cartórios me passavam os processos. O que eu conseguia despachar, deixava lá já pronto. Os que eu tinha alguma dúvida, não sabia mesmo por alguma razão ou não me sentia habilitada para resolver, levava para a casa de Deda. Ele

olhava tudo, me orientava como despachar e, melhor ainda, me dava os nomes dos livros onde eu poderia encontrar o assunto. Assim, com a orientação dele e dos livros, despachava meus processos, não tinha problema. Tenho gratidão profunda a ele”.



Desa. Josefa em solenidade no TJSE, no início da magistratura

Trajetória na magistratura

“Como Juíza Titular, eu só passei Capela e Estância. Tive em várias Comarcas, mas como substituta. Para mim, pessoalmente, isso foi importante porque não tive que pedir nada a ninguém, nem incomodar ninguém. Fui promovida por antiguidade e vim para Aracaju por antiguidade. Depois, no Tribunal, fui Corregedora. E como Corregedora eu fui obrigada a visitar as Comarcas. Observava que em cada Comarca que eu chegava sempre tinha ou um juiz, promotor, defensor, escrivão, sempre alguém que tinha sido meu aluno. E eu ficava feliz da vida porque sabia que ali tinha um pouquinho da minha contribuição”.

Como ser um bom magistrado?

“Esta é a primeira condição, você ter lisura, ter seriedade no que faz. Depois disso, precisa ter comedimento. Se a lei diz para dar dez anos de prisão, você dar dez anos de prisão. Não é assim. Não é matemática. É apreciação das falhas humanas. Então, você não pode agir matematicamente. Você precisa ter sensibilidade para analisar cada caso. Naturalmente, dentro da perspectiva da lei. Para ser juiz, você não precisa ser um carrasco. Se você tiver tranquilidade e procurar conduzir as coisas com calma, clareza e responsabilidade, acima de tudo, eu acho que as coisas dão certo”.

*Cheiro de canela no ar,
que se mistura às bolas coloridas,
que se mistura às músicas em vários tons.
Trazendo à tona cenas adormecidas
d'outros Natais vividos com enlevo
nesta vida breve, neste breve enredo.*

*E assim de Natais se enchem os anos,
dessa festa que é só celebração
ao amor maior, que se fez HOMEM
e nasceu entre nós trazendo, enfim,
a esperança, a verdade, a redenção,
paz entre os homens e a salvação.*

Natal

Maria Norma Fontes Vieira
Juíza do TJSE aposentada

*Aflora, nas almas, a melodia
da bondade, da entrega e do perdão,
somando-se, nessa magia,
à doçura, à beleza e à emoção.
Abraços, presentes e sorrisos
embalam cada coração.*

Se você também gosta de poesia, mande sugestões para a Diretoria de Comunicação. Pode ser sua própria poesia ou de algum poeta que você admira. Entre em contato com a gente pelo e-mail dicom@tjse.jus.br ou pelo WhatsApp institucional da Dicom (79) 98128-5521.



EXPOSIÇÃO

NATAL NO PARQUE

ARTISTAS

Adauto Machado
Ademir dos Santos
Ana Denise
Antônio Gonçalves Filho
Baltazar Goes
Beto Ribeiro
Don Bosco
Enéas Santos
Everaldo Polito
Francisco Freitas

Gladston Barroso
Iraíldes
Jeancarlo Petchas
Jerônimo Freitas
Jorge Luiz Barros
Maria Antônia S. S. Lima
Pinto Santeiro
Roger Rocha
Vânia Correia

Até 10 de janeiro - 2020

Memorial do Poder Judiciário
Palácio Sívio Romero
Praça Olímpio Campos, 417

MEMORIAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE
SERGIPE



